



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE DIREITO 2022

Data: 22.05.2022

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova objetiva é composta por **30 (trinta) questões**, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- Antes de começar a prova, verifique se todas as páginas e o número de questões estão corretos, não sendo aceito reclamações após o início.
- A prova subjetiva, que deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta, nas folhas destinadas a esse fim**, constará de 3 (três) questões, sendo 1 (uma) questão que será um caso prático onde o candidato deverá apresentar uma solução jurídica, escrevendo, no máximo, 70 (setenta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 3,2 (três inteiros e dois décimos) pontos e 2 (duas) questões na qual o candidato deverá dissertar sobre temas que serão apresentados no momento da realização da prova, escrevendo no máximo 30 (trinta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 1,0 (um inteiro) ponto cada uma. Além dos conhecimentos jurídicos, essa servirá para medir a capacidade de expressão do candidato na modalidade escrita, coerência textual e correção gramatical e ortográfica, sendo que **parte da nota nessa prova levará em conta o domínio dessas aptidões relacionadas à língua portuguesa.**
- **Não** é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os(as) candidatos(as) não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- O tempo de duração das provas é de **4 (quatro) horas**, incluído a prova objetiva e subjetiva.
- O(A) candidato(a) deverá acertar, no mínimo, **50%** das questões objetivas para ser habilitado à correção da prova subjetiva.
- Durante a realização das provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o porte ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, mp3, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, tablet, gravador ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o(a) candidato(a) se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Será permitida a saída do candidato com o caderno de provas apenas **após transcorrido 01 (uma) hora do início das provas e desde que entregues a folha de respostas e a dissertação ao fiscal.**
- O(A) candidato(a) deverá marcar a folha de respostas **com caneta esferográfica preta ou azul**, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento **a lápis grafite.**
- **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do(a) candidato(a).**
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **23.05.2022, a partir das 18:00h**, através do site www.mpf.mp.br/pb, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de divulgação do resultado do gabarito oficial.
- Não será considerado, em hipótese alguma, o que for escrito nas folhas de rascunho.

Boa prova !!!

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Abaixo, assinale a alternativa que está de acordo com as disposições constitucionais e/ou o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

A) É notório que determinadas práticas no sistema penitenciário brasileiro violam direitos fundamentais dos presos, de forma generalizada. Contudo, ante o Princípio da Reserva do Possível, não há que se falar ainda em “Estado de Coisas Inconstitucional”, sobretudo pela impossibilidade dos entes federados arcarem com todos os recursos necessários ao funcionamento ideal do sistema.

B) É inconstitucional a interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo seria conduta tipificada nos arts. 124, 126 e 128, I e II, do Código Penal.

C) É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta, devendo a Administração Pública evitar a utilização de qualquer critério de heteroidentificação na análise do candidato quanto ao enquadramento nos parâmetros da cota.

D) Além da União, os Estados/DF e Municípios também podem adotar medidas de combate ao Coronavírus considerando que a proteção da saúde é de competência concorrente. Entretanto, cabe ao Presidente definir as atividades essenciais e, ainda, face o maior volume de recursos orçamentários da União, interferir na autonomia dos demais entes federados indicando as medidas específicas a serem adotadas.

2) Sobre a Constituição Federal e o papel do Ministério Público, assinale a alternativa incorreta:

A) É vedada a edição de medidas provisórias que disponham sobre a organização do Ministério Público.

B) Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado na forma da Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

C) A fim de viabilizar a proteção jurídica do patrimônio público e social, dentre outras finalidades, bem como instrumentalizar a persecução penal, a Constituição Federal prevê, respectivamente, o inquérito civil e a ação penal pública como principais

instrumentos jurídicos. A lei prevê legitimação concorrente para o uso de tais instrumentos, possuindo o Ministério Público papel especial neste rol.

D) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

3) assinale a alternativa correta:

A) Conforme o texto constitucional, o Distrito Federal é ente autônomo e, por simetria com os estados federados, organiza e mantém o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios da mesma forma que os estados organizam os respectivos ministérios públicos.

B) O Ministério Público de Contas não faz parte da estrutura do Ministério Público da União. Contudo, no que pertine a direitos, vedações e forma de investidura, são aplicáveis as disposições da seção que disciplina o Ministério Público na Constituição Federal.

C) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar em grau recursal os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

D) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. A destituição do PGR, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

4) Sobre a Ordem Social, disciplinada no Título VIII da Constituição Federal, indique a alternativa incorreta:

A) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

B) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

C) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem como um de seus objetivos a garantia de um

salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

D) Sobre a organização do sistema de ensino, os Municípios atuarão prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, ao passo que os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino médio, somente.

5) Consoante as disposições da Lei nº 9.868/99, são verdadeiras as seguintes assertivas, exceto:

A) Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

B) Tanto na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) quanto na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) são admissíveis medidas cautelares e, ao final dos respectivos processos, as decisões que declararem, ou não, a constitucionalidade de determinado ato legislativo serão irrecorríveis, ressalvado o cabimento de embargos declaratórios.

C) É expresso na Lei 9.868/99 que, embora irrecorríveis, é cabível, de forma excepcional, ação rescisória na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI) e na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), por se tratar de instrumento processual essencial à tutela do processo constitucional objetivo.

D) A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) é prevista expressamente na Lei nº 9.868/99.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6) Sobre os princípios administrativos e a jurisprudência do STF, marque a alternativa correta:

A) Independentemente da relação jurídica a ser analisada, o Princípio da Legalidade será aplicado indistintamente tanto ao direito privado quanto ao direito público. Em ambos os ramos, só é possível fazer aquilo que a lei expressamente autoriza ou determina.

B) Viola a Constituição Federal a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, permitido somente o ajuste mediante designações recíprocas.

C) O princípio da eficiência, incluído na Constituição Federal desde o texto original, preceitua que a Administração Pública seja célere e eficiente na prestação do serviço público, priorizando-se a produtividade e economicidade na máquina pública.

D) Conforme rege o Princípio da Autotutela, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

7) Indique e marque a alternativa que não está de acordo com o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos:

A) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria, com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

B) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido na Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

C) caracteriza descontinuidade do serviço público a sua interrupção por inadimplemento do usuário, ainda que a Administração Pública tenha avisado previamente.

D) considera-se concessão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

8) Acerca da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, indique a alternativa incorreta.

A) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado e a Lei prevê que o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

B) A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, em regra, de procedimentos complexos e da desconcentração das instâncias decisórias.

C) A lei 9.784/99 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, trata-se de uma lei administrativa federal e

não nacional. Por isso, não obriga estados, municípios ou Distrito Federal a seguirem suas disposições.

D) No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

9) Sobre as disposições da Lei Complementar nº 75/93 e da Lei nº 8.112/90 e a responsabilidade civil do estado, identifique e assinale a alternativa correta:

A) São princípios institucionais do Ministério Público da União a unidade, a autonomia orçamentária, a indivisibilidade, a independência funcional.

B) A Lei nº 8112/90 instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

C) O controle externo da atividade policial é exercido pelo Ministério Público da União com o livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais e qualquer fiscalização sobre as instituições policiais poderão ser realizadas independente de autorização judicial, vedada medidas de natureza extrajudicial.

D) Um servidor da Universidade Federal de Campina Grande que, no exercício de suas funções, pratique ato que resulte em prejuízo a terceiros, não poderá ser demandado judicialmente de forma direta e imediata pelo prejudicado. Contudo, a responsabilidade civil do servidor público federal poderá ser apurada de forma regressiva e, neste caso, terá natureza subjetiva, devendo-se comprovar o dolo ou a culpa.

10) Julgue os itens abaixo:

I – Na Ação Civil Pública, o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei. Já no caso da Ação por Ato de Improbidade Administrativa, atualmente, o Ministério Público é o único legitimado para a sua propositura, exclusividade ratificada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal.

II – O estagiário que atua no serviço público, ainda que transitoriamente, remunerado ou não, está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa. Isso porque o conceito de agente público para fins de improbidade abrange não apenas os servidores públicos, mas todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública.

III – Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas ou culposas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8429/92, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

Estão corretos os itens:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, somente.
- D) II, somente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11) Acerca da contestação, dos meios de impugnação das decisões judiciais e liquidação de sentença, nos termos do Código de Processo Civil, marque a alternativa errada:

- A) A prescrição pode ser suscitada em contestação e levar ao julgamento da lide com resolução de mérito.
- B) Sem oferecer contestação é possível que o réu da ação judicial ofereça reconvenção.
- C) Quando se tratar de sentença parcialmente líquida, o credor poderá executar a parte líquida da decisão ao mesmo tempo em que procede à liquidação da parte ilíquida.
- D) É prescindível a intimação do embargado, quando não houver matéria nova no processo, nos casos de embargos de declaração que tenham possibilidade de modificar o pronunciamento judicial omissivo.

12) A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) recentemente sofreu alterações pela Lei 14.230/2021, considerando as mudanças realizadas, julgue os itens a seguir, como verdadeiro (V) ou falso (F):

I - A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

II - A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei de Improbidade suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.

III - O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável sucessivas vezes por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

IV - Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo legal, estipulado no caput do art. 23 da Lei 8.429/92.

Marque a alternativa correta:

A) V, V, F, F

B) V, V, F, V

C) V, V, V, V

D) F, F, V, V

13) Considerando as recentes alterações realizadas na Lei 8.429/92, pela Lei 14.230/21, julgue os itens a seguir:

I - Não se aplica à ação de improbidade administrativa o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução do mérito. Não haverá remessa necessária nas sentenças de que trata a Lei de Improbidade de Administrativa.

II - É possível que haja condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade administrativa.

III - A ilegalidade sem a presença de dolo que a qualifique não configura ato de improbidade.

IV - Na hipótese de litisconsórcio passivo, a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos.

V - O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que ocorra o integral ressarcimento do dano.

Estão corretas apenas as alternativas:

A) I, II, III, IV e V

B) II e IV

C) II, III e IV

D) I e V

14) Acerca das disposições presentes no Código de Processo Civil, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, marque a alternativa errada:

A) O instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal são títulos executivos extrajudiciais.

B) O Ministério Público, a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública possuem a prerrogativa de intimação pessoal das decisões judiciais. Dessa forma, o prazo de recurso deve ser contado a partir da aposição no processo do ciente por seus membros, e não da data da entrega dos autos na sua repartição administrativa. Se a intimação ocorrer por Oficial de Justiça, o prazo se inicia com a juntada do mandado cumprido aos autos.

C) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica não pode ser instaurado de ofício pelo juiz, mas mediante pedido feito pela parte ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

D) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

15) Acerca das provas no processo civil, é correto afirmar:

A) O depoimento de uma testemunha prestado em juízo é considerado serviço público.

B) O perito não pode escusar-se da nomeação, podendo ser recusado por impedimento ou suspeição.

C) A aplicação da pena de confesso não demanda prévia intimação pessoal para o depoimento pessoal, todavia, comparecendo, se se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.

D) Se o Ministério Público mover ação civil pública em face de dois réus, caso um deles tenha apresentado contestação no prazo adequado e o outro não, este será atingido pelos efeitos da revelia.

DIREITO PENAL

16) Analise as seguintes proposições acerca das circunstâncias agravantes da pena e assinale a alternativa CORRETA:

A) De acordo com o entendimento do STJ, a incidência da circunstância agravante da calamidade pública (artigo 61, inciso II, alínea "j" do Código Penal) sobre crime praticado no contexto da pandemia da Covid-19 prescinde da demonstração concreta de que o agente se valeu de tal contexto para o cometimento do delito.

B) Na embriaguez preordenada, o agente ingere bebida alcoólica com a finalidade de cometer um crime. Nesse caso, completa ou incompleta a embriaguez, não há exclusão da imputabilidade, e a sanção penal será agravada.

C) Ter sido o delito praticado contra descendente é circunstância que agrava a pena, ainda que constitua elemento essencial do crime, em virtude de sua alta reprovabilidade.

D) Segundo entendimento do STJ, é inviável a compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea.

17) Considerando as disposições expressas no Código Penal acerca das penas restritivas de direitos, assinale a alternativa INCORRETA:

A) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a 6 (seis) meses de privação de liberdade.

B) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 10 (dez) nem superior 360 (trezentos e sessenta) dias multa.

C) No caso de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, se a pena substituída for superior a 1 (um) ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

D) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.

18) Sobre os delitos de roubo e furto, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Ter sido o crime praticado mediante o concurso de duas ou mais pessoas é circunstância que qualifica o roubo e causa aumento de pena do furto.

B) Ter sido o crime cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa é circunstância que qualifica o furto.

C) Ter sido o crime cometido com destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum é causa de aumento de pena do roubo.

D) Segundo entendimento do STJ, a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa subtraída não impede a consumação do roubo, que se dá com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo.

19) Sobre os crimes de contrabando e descaminho, assinale a alternativa CORRETA.

A) Segundo entendimento sumulado do STJ, a competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens.

B) Para o STJ, o pagamento do tributo devido extingue a punibilidade do crime de descaminho.

C) O funcionário público que facilita a prática de contrabando ou descaminho pratica o mesmo crime do particular, com aumento de pena.

D) A prática de contrabando é definida pela importação de mercadoria proibida, enquanto o descaminho se verifica na exportação desta mercadoria.

20) Analise as seguintes proposições acerca dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral e, na sequência, assinale a alternativa CORRETA.

I – Pratica o crime de corrupção ativa o funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

II – O funcionário público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou pratica-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, comete o crime de prevaricação.

III – Pratica o delito de peculato o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.

IV – Incide no crime de corrupção passiva o funcionário público que solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem.

- A) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- B) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- C) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- D) Todas as alternativas estão corretas

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21) Considerando as regras dispostas no Código de Processo Penal acerca do Inquérito Policial, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Inquérito Policial deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, da data da ocorrência do delito, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- B) Avançadas as investigações sem indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva, a autoridade policial deverá mandar arquivar os autos do Inquérito.
- C) Nos crimes de ação pública o Inquérito Policial somente poderá ser iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- D) Incumbirá à autoridade policial realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público, bem como representar acerca da prisão preventiva. A autoridade policial não poderá, no entanto, mencionar anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes, nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados.

22) Julgue os itens abaixo e, na sequência, assinale a alternativa CORRETA:

I – Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor Acordo de Não Persecução Penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

II – Para verificação do cabimento de Acordo de Não Persecução Penal, afere-se a pena cominada ao delito desconsiderando as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.

III – O Acordo de Não Persecução Penal, que não constitui direito subjetivo do investigado, será formalizado por escrito e firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e seu defensor, além de submetido à homologação judicial.

IV – Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no Acordo de Não Persecução Penal, reformulará a proposta, com concordância do MP, investigado e seu defensor.

- A) Está correto apenas o que se afirma nos itens I e II.
- B) Está correto apenas o que se afirma nos itens I e III.
- C) Está correto apenas o que se afirma nos itens II, III e IV.
- D) Está correto o que se afirma nos itens I, II, III e IV.

23) Sobre as prisões cautelares, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Considera-se em flagrante impróprio aquele que for perseguido pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após o cometimento de infração penal, em situação que faça presumir ser autor da infração.

B) A prisão preventiva poderá ser decretada, em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

C) Na audiência de custódia o juiz deverá, fundamentadamente, conceder liberdade provisória caso verifique a ilegalidade da prisão em flagrante.

D) A prisão temporária será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

24) Sobre a competência criminal federal, assinale a alternativa CORRETA:

A) Em regra, compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de lavagem de dinheiro, sendo indiferente a competência do crime antecedente.

B) Compete à Justiça Federal processar e julgar crimes relativos a entorpecentes, sendo prescindível a comprovação da transnacionalidade da conduta.

C) É competente a Justiça Federal para processar e julgar contravenção penal praticada em detrimento de bem, serviço ou interesse da União.

D) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

25) Considerando as disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do Inquérito Policial.

B) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu solto ou afiançado, será de 15 dias. Neste caso, se houver devolução do Inquérito à autoridade policial, contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.

C) Quando o Ministério Público dispensar o Inquérito Policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data da ocorrência do crime.

D) A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identifica-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

DIREITO AMBIENTAL

26) Sobre a doutrina, regras e princípios de Direito Ambiental, marque a alternativa errada:

A) A Deep Pocket Doctrine (Doutrina do Bolso Profundo) tem como origem o Direito norte-americano e preconiza que havendo vários responsáveis pelo dano ambiental, e sendo de difícil aferição a responsabilidade de cada um, deve-se transferir o ônus da reparação aquele que possui as melhores condições financeiras, daí o termo “bolso profundo”, pois se remeteria a um bolso com bastante dinheiro. Essa tendência, específica do Direito Ambiental, em buscar responsabilizar quem tem mais condições de arcar com os prejuízos ambientais é aceita no Brasil, pois decorre de que todos os poluidores são responsáveis solidariamente pelos danos ambientais.

B) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar. Nesse caso, o Ministério Público, ou outro legitimado, poderá ajuizar ação civil pública pedindo que uma determinada pessoa jurídica, ou pessoa física, seja condenada a recompor o meio ambiente, inclusive, com pedido de condenação em dano moral coletivo.

C) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, consubstanciada pela teoria do risco integral. Sendo assim, não são admitidas excludentes de responsabilidade, tais como o caso fortuito, a força maior, fato de terceiro ou culpa exclusiva da vítima.

D) No âmbito da responsabilidade civil, o nexo causal nada mais é que o vínculo entre a conduta e o dano, variando a sua determinação dependendo da teoria adotada. A responsabilidade por danos ambientais é objetiva e, como tal, não exige a comprovação de culpa, bastando a constatação do dano e do nexo de causalidade. Sendo assim, no caso da responsabilidade do adquirente de imóvel, com dano ambiental preexistente à aquisição, uma vez que inexistente nexo causal entre a ocorrência do dano e a conduta do proprietário atual, apenas ao dono anterior, o real causador dos estragos, imputa-se a responsabilidade ambiental.

27) Ainda sobre a doutrina, jurisprudência, regras e princípios de Direito Ambiental, marque a alternativa errada:

A) Se o bem ambiental lesado for imediatamente restaurado ao *status quo ante* (*reductio ad pristinum statum*, isto é, restabelecimento à condição original), não há falar, ordinariamente, em indenização. Contudo, a possibilidade técnica, no futuro, de restauração *in natura* nem sempre se mostra suficiente para reverter ou recompor integralmente, no terreno da responsabilidade civil, as várias dimensões do dano ambiental causado; por isso não exaure os deveres associados aos princípios do poluidor-pagador e da reparação *in integrum*.

B) A alegação de culpa exclusiva de terceiro pelo acidente em causa, como excludente de responsabilidade, deve ser afastada, ante a incidência da teoria do risco

integral e da responsabilidade objetiva ínsita ao dano ambiental, responsabilizando o degradador em decorrência do princípio do poluidor-pagador.

C) O princípio do poluidor-pagador estabelece que todos aqueles que se utilizarem de recursos naturais devem pagar por sua utilização, mesmo que não haja poluição. Já o princípio do usuário-pagador exige que haja poluição para a sua incidência.

D) O princípio da precaução pressupõe a inversão do ônus probatório, competindo a quem supostamente promoveu o dano ambiental comprovar que não o causou ou que a substância lançada ao meio ambiente não lhe é potencialmente lesiva. Nesse mesmo sentido, o STJ tem entendimento sumulado que diz que a inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental.

28) Acerca da responsabilidade, poder de polícia e licenciamento ambiental é correto afirmar:

A) No Direito Ambiental, o exercício do poder de polícia poderá ir além dos limites da lei aplicável.

B) A licença de operação autoriza o exercício da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

C) A primeira etapa do licenciamento é a licença prévia, que é necessária para dar início à atividade e possui prazo indeterminado.

D) Depende necessariamente da ocorrência de culpa ou dolo do infrator, no seu atuar, a aplicação de multa quando causado o dano ambiental.

DIREITO ELEITORAL

29) Sobre a introdução ao Direito Eleitoral, seus princípios e fontes, marque a alternativa errada:

A) O denominado princípio eleitoral republicano apregoa a necessidade de que, de tempos em tempos, os mandatos políticos devem ser revogados com a realização de novas eleições.

B) Amparado no princípio da lisura das eleições, pode o juiz eleitoral, de ofício, instaurar procedimento com a finalidade de impor multa pela veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a Lei Geral das Eleições.

C) O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral.

D) O princípio da vedação da restrição de direitos políticos sustenta a ideia de que o intérprete da norma deve manter a aplicação da lei estritamente vinculada às limitações por ela impostas a candidatos e eleitores.

30) Em relação aos princípios, às ações, ao recurso e à legislação eleitoral, marque a alternativa errada:

A) Para a propositura da ação de impugnação de mandato eletivo detém legitimidade apenas os partidos políticos, coligações, candidatos inscritos para pleito e o Ministério Público. Portanto, há ilegitimidade ativa do eleitor.

B) Estão sujeitas a recurso especial ao STJ as decisões dos tribunais regionais eleitorais denegatórias de mandado de segurança.

C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

D) Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

PROVA SUBJETIVA

1ª QUESTÃO (3,2 pontos):

Renato falsificou uma cédula de R\$ 10,00 (dez reais) com o intuito de comprar bebidas alcoólicas numa festa em Campina Grande/PB. Chegando ao local da festa, adquiriu 2 (duas) latas de cerveja no estabelecimento de Dona Lúcia, cada uma no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), pagas integralmente com a cédula fabricada por Renato.

Horas depois, ao tentar comprar um maço de cigarros com a cédula recebida, sem notar que havia sido enganada, Dona Lúcia foi presa em flagrante pela polícia militar. A nota foi apreendida e encaminhada à perícia criminal, que atestou que a falsificação não era grosseira e tinha potencial de enganar pessoas desprovidas de conhecimento técnico e equipamentos de detecção de fraudes. Encaminhada à delegacia de polícia, Dona Lúcia prestou depoimento e reconheceu o falsificador nas imagens de câmeras próximas ao local onde ocorreu a venda da bebida. Após algumas diligências, a autoridade policial conseguiu localizar e prender em flagrante o falsificador Renato. Em seu depoimento, Renato, que jamais fora condenado ou processado por qualquer crime anteriormente, confessou que fabricou, sozinho, uma única cédula de R\$ 10,00, afirmando que, por ser de baixo valor, acreditava que jamais seria descoberto ou, menos ainda, preso por isso.

Finalizadas as investigações, o inquérito policial foi remetido ao Ministério Público Federal, titular da ação penal pública.

Apresente a solução jurídica a ser aplicada no caso pelo membro do MPF, abordando, necessariamente, os seguintes pontos: a) crime(s) cometido(s) por Renato e/ou por Dona Lúcia, com a respectiva fundamentação para ambos; b) foro competente para processamento e julgamento; c) entendimentos jurisprudenciais a respeito do tema e d) peça(s) processual(is) cabível(is).

2ª QUESTÃO (1,0 ponto):

Recentemente, a Lei nº 14.230/2021 alterou substancialmente a chamada Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), principal instrumento de combate à corrupção no país. Entre essas diversas mudanças, destaca-se a alteração da sistemática do instituto da prescrição nas ações civis por ato de improbidade. À luz das referidas alterações legislativas, desenvolva o tema, abordando, necessariamente, os seguintes pontos: a) conceito e natureza jurídica da prescrição no âmbito da improbidade administrativa; b) prazo aplicado para a prescrição, indicando o termo inicial; e c) causas de suspensão e interrupção da prescrição (indicar, ao menos, uma de cada).

3ª QUESTÃO (1,0 ponto):

A Constituição da República, em seu art. 225, dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Desenvolva o tema, a partir desse dispositivo, abordando, necessariamente, os seguintes princípios do Direito Ambiental: a) Princípio da Solidariedade Intergeracional; b) Princípio Poluidor-Pagador; c) Princípio do Usuário-Pagador; d) Princípio da Prevenção e e) Princípio da Precaução.







